



doi: 10.20396/rfe.v13i2.8665509

## Ensino Remoto na perspectiva Freireana: limites e possibilidades para prática crítico-libertadora.

*Pedro Paulo Souza Brandão<sup>1</sup>*  
*Maria Rosilene Maués Gomes<sup>2</sup>*  
*Carlos Nazareno Ferreira Borges<sup>3</sup>*

### Resumo

Neste ensaio objetivamos identificar, à luz do pensamento freireano, limites e possibilidades para uma prática pedagógica crítico-libertadora no contexto do Ensino Remoto. Relacionamos o contexto pandêmico com o campo educacional tendo como norte a seguinte questão: que limites e possibilidades existem na prática do Ensino Remoto para uma educação crítico-libertadora? Os resultados apontam, entre outros limites: intensificação sem precedentes ao trabalho docente; mas, com possibilidades de que as experiências com o Ensino Remoto sejam alternativas ao diálogo crítico com os oprimidos e subversivas aos modelos dominantes.

**Palavras-chave:** Educação. Paulo Freire. Ensino Remoto.

### Abstract

In this essay we aim to identify, in the light of Freirean thought, limits and possibilities for a critical-liberating pedagogical practice in the context of Remote Teaching. We relate the pandemic context with the educational field with the following question as north: what limits and possibilities exist in the practice of Remote Education for a critical-liberating education? The results point out, among other limits: unprecedented intensification to teaching work; but, with

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação (Instituto de Ciências da Educação. Professor da Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup> Maria Rosilene Maués Gomes, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) UFPA. Realizou Mestrado em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) UEPA. Realizou Especialização em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPA. Realizou Especialização em Tecnologias em Educação pela PUC- RIO. Fez Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA. Foi professora efetiva de Educação Básica da Rede Municipal de Abaetetuba no período de 1997 a 2015. Foi Técnica em educação efetiva, pela Secretaria de Estado de Educação no período de 2008 a 2015. Atualmente é professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, com vínculo efetivo e dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/ Campus Abaetetuba.

<sup>3</sup> possui Graduação (Licenciatura Plena) em Educação Física pela Fundação Educacional do Estado do Pará (1990) e Graduação (Bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011); Mestrado (2000) e Doutorado (2005) em Educação Física pela Universidade Gama Filho; Pós-doutorado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é Docente Titular da Universidade Federal do Pará, atuando na graduação em Educação Física e Pedagogia. É docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), atuando na linha de Formação de professores, trabalho docente, teorias e práticas educativas; atuou como formador de agentes sociais do programa PELC do Governo Federal.

the possibility that experiences with Remote Education are alternatives to critical dialogue with the oppressed and subversive to the dominant models.

**Keywords:** Education. Paulo Freire. Remote Teaching.

## Introdução

No final de 2019 o mundo conhece um perigoso vírus que viria a mudar os rumos da humanidade: o SARS-COV-2, também conhecido como novo Coronavírus, causador da Covid-19 surge na cidade de Wuhan, na China, conforme relataram os noticiários da época (LANA et al., 2020). Logo o vírus se espalhou por várias partes do mundo e com isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou situação de Pandemia no dia 11 de março de 2020 (IDEM).

Com a decretação, a OMS estabeleceu uma série de medidas para conter as contaminações nos países: higienização das mãos; o distanciamento social (evitar aglomerações); ficar em casa (OPAS/OMS, 2021). Entre essas medidas, o distanciamento social é um dos mais impactantes, pois levou ao fechamento de comércios, a não realização de eventos com grande aglomeração de pessoas, como: os jogos esportivos, festas e shows. Governos de muitos países replicaram normas no mesmo sentido quanto à proibição de eventos, autorizando, contudo, em determinados momentos, com medidas restritivas, assim como a manutenção de serviços essenciais (saúde, alimentação, serviços bancários, limpeza e etc).

A Educação foi um dos setores mais afetados pela Pandemia. Aprópria OMS recomendou em maio de 2020 (atualizado em 14 de setembro de 2020) o fechamento de instituições de ensino em locais onde a situação sanitária não estivesse sobre controle e, além disso, sugeriu que o ensino prosseguisse no formato de ensino à distância, por considerar a Educação uma atividade fundamental (OPAS/OMS, 2020).

Nesse contexto, os países do mundo adotaram as recomendações e implementaram as medidas indicadas para a Educação. No Brasil, chamou-se a modalidade de Ensino Remoto que, apesar de se mostrar a alternativa

imediate mais viável, escancarou as desigualdades e contradições da educação brasileira. O que se pôde verificar na educação apenas reflete as desigualdades na própria sociedade, relacionadas a diversos aspectos, mas de alguma forma, todos relacionados às desigualdades de classes.<sup>4</sup>

No cenário de pandemia, além da escalada em números crescentes de casos e mortes, passou-se a observar a escalada também de desemprego, falência de pequenas empresas, aumento de violência doméstica, aumento da inflação, entre tantos outros problemas sociais que surgem das contradições do sistema social em que vivemos.

No contexto das desigualdades sociais, surgem conseqüentemente as dificuldades de aplicação do ensino remoto como: conhecimento das Técnicas de Informação e Comunicação -TIC's; desigualdades de acesso tecnológico (conexões de *internet*), por questões econômicas, problemas de desenvolvimento tecnológico por regiões geográficas, diferenças de infraestrutura entre campo e cidade, periferia e centro; entre outros aspectos.

Muitas das contradições mencionadas colocam em dúvida a possibilidade de o Ensino Remoto contemplar os educandos com uma Educação dialógica e crítico-libertadora, conforme defende Paulo Freire, sobretudo tomando como âncora da discussão suas proposições na 'Pedagogia do Oprimido' (FREIRE, 2005).

Portanto, este ensaio tem o objetivo de identificar, à luz do pensamento freireano, limites e possibilidades para uma prática pedagógica crítico-libertadora no contexto do Ensino Remoto. Para isso, problematizamos a seguinte questão: que limites e possibilidades existem na prática do Ensino Remoto para uma educação crítico-libertadora?

Para atingir o objetivo, organizamos duas seções: na primeira denominada "Ensino Remoto: conceitos, princípios e estratégias", iremos abordar os conceitos presentes no Ensino Remoto e sua distinção da Educação

---

<sup>4</sup> Informações quanto às desigualdades sociais e os impactos da pandemia podem ser encontradas em diversas fontes, mas, para o interesse do presente texto recorreremos às fontes do Observatório COVID-19, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Disponível em <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19> Acesso em 12 de março de 2021.

à Distância (EAD). Também abordaremos os princípios norteadores do Ensino Remoto enquanto ‘alternativa’ da educação em 2020.

Na segunda seção denominada “O pensamento freireano e suas contribuições para o debate” realizamos uma análise, como uma das ‘alternativas’ a partir do pensamento de Paulo Freire, buscando elucidar os questionamentos realizados.

### Ensino Remoto: conceitos, princípios e estratégias

Com o início da Pandemia de Covid-19 no ano de 2020, estados, municípios e até mesmo as instituições federais, foram obrigados a adotar outras estratégias de ensino. Porquanto, a modalidade presencial não mais seria possível, devido a necessidade de manter o distanciamento social como medida de combate ao Coronavírus.

Desta forma, o ensino não-presencial passou a ser implementado nas diversas esferas e, conseqüentemente, a ser discutido quanto a seus limites e possibilidades para proporcionar uma educação de qualidade. Um pressuposto para a implementação de ensino-não presencial, é a necessidade do domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s) na Educação, o que envolve muitos fatores como a formação dos professores e as condições dos educandos em acessar estas tecnologias.

Nesta seção, apresentamos as bases conceituais do Ensino Remoto e como este tem desafiado e escancarado cada vez mais as contradições da educação brasileira.

Primeiramente, recorreremos ao significado do termo “remoto” presente no dicionário, que é definido como algo que está distante; acontecido há muito tempo (SOARES AMORA, 2010). Segundo a mesma fonte, o termo acesso, entre outros significados, tem a atribuição de entrada, ingresso.

Assim, acesso remoto pode ser compreendido como a possibilidade de se aproximar de algo que está distante, em um lugar diferente.

No contexto educacional, o termo ‘remoto’ associado ao ensino, refere-se ao ensino que se efetiva de forma não presencial. No entanto, existem diversas formas de ensino realizadas com distanciamento entre os sujeitos, seja de forma integral ou parcial. Nesse sentido, o que conhecemos por Ensino Remoto ganhou um conceito específico dada às outras diversas modalidades à distância mediadas pelas TIC’s.

No Brasil, a modalidade da Educação à Distância (EAD) é regulamentada por uma legislação específica, que define conceitualmente esta modalidade como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, p.1)

Sendo assim, percebemos na definição acima que a denominação de EAD se refere a uma modalidade com forma de organização específica, tendo suas próprias políticas de acesso e com instituições credenciadas para sua oferta.

Nesta lógica, o que foi implementado pelas instituições brasileiras em decorrência da Pandemia do Coronavírus não pode ser classificado como EAD, por não se enquadrar no que a legislação específica estabelece como normas e diretrizes.

Apesar disso, ensino à distância é previsto em parágrafos dos artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, em situações emergenciais (BRASIL, 1996).

As referências legais à possibilidade de ensino à distância dizem respeito, entre outras situações, às emergências, justificando este tipo de ensino no contexto de crise sanitária mundial.

Ao conceituar Ensino Remoto, Garcia et al. (2020) frisam que ensinar remotamente não é simplesmente sinônimo de ensino à distância, mas é o ensino mediado por tecnologias digitais que utiliza plataformas e ferramentas desse meio, as quais já são usadas para finalidades que vão além das educacionais

Oliveira, Silva e Silva (2020, p.27) caracterizam Ensino Remoto como “ações pedagógicas rápidas de professores, mediadas pelas tecnologias digitais, nesses tempos pandêmicos”. Portanto, deixam evidente que este termo surge para caracterizar as práticas que substituem o ensino presencial no contexto da Pandemia.

Oliveira, Corrêa e Morés (2020) atribuem à modalidade que vimos discorrendo a denominação de Ensino Remoto Emergencial (ERE) caracterizando-a como um modelo de educação com aulas síncronas e assíncronas (que já eram estratégias da EAD), utilizando as tecnologias digitais e o acesso à *internet*. De acordo com Almeida (2010), em geral se chamam de síncronas as atividades realizadas em tempo real ou “*on line*” na linguagem digital; enquanto as atividades assíncronas são aquelas realizadas em outro tempo, mediante encaminhamento dado por quem dirige a aprendizagem.<sup>5</sup>

Ainda segundo o mesmo autor, ambas as aulas com atividades síncronas ou assíncronas são realizadas sob mediação das tecnologias, ou seja, no caso das aulas assíncronas, estas são complementadas por materiais impressos que os alunos, ou seus responsáveis precisam acessar por endereços de correio eletrônico (*e-mail*) ou buscar nas secretarias das escolas. Tanto as aulas

---

<sup>5</sup> Ainda sobre as atividades síncronas e assíncronas, podemos dizer que as primeiras são atividades em que professores e estudantes precisam estar interagindo ao mesmo tempo no mesmo meio de comunicação. Exemplo: aulas ao vivo em plataforma de videoconferência. Quanto às segundas, diferenciam-se das síncronas, pelo fato de as atividades serem realizadas em tempos diferentes do momento de encontro virtual. Os estudantes recebem as atividades e as realizam no tempo de sua disponibilidade.

síncronas como as assíncronas precisam ser orientadas no sentido de não se diferenciar tanto do modelo de ensino presencial.

É com o acréscimo do termo emergencial, que estados e municípios passaram a denominar o ensino remoto, conforme demonstrado em matéria de um sindicato de escolas privadas do estado do Rio Grande do Sul (TOMAZINO, 2020). Esta nomenclatura indica a provisoriedade desta modalidade enquanto durar a crise sanitária, não demonstrando, em um primeiro momento, a utilização deste modelo pós-pandemia, embora seja algo que deva ter atenção por quem se preocupa com a educação.

Entretanto, a pandemia se estendeu muito além do que se perspectivava no início e fez com que praticamente o ano inteiro de 2020 fosse realizado no modelo do ensino remoto. E, pelas perspectivas da pandemia no início do ano de 2021, com uma vacinação em ritmo lento em todo o Brasil, tendo uma nova perspectiva de vacinar toda a população somente no ano de 2022 (LOPES, 2021), deveremos ter no mínimo mais um ano de aplicação desta modalidade.

Desta forma, é preciso se aprofundar nos aspectos teóricos deste modelo e compreender cada vez mais seus princípios, dada a necessidade de conduzir o ensino no Brasil, evitando maiores prejuízos para a Educação.

Quanto a estes princípios, Garcia et al. (2020) definem que antes de aplicar princípios é necessário identificar potencialidades dos alunos quanto às peculiaridades do Ensino Remoto, por este ser mediado pelas tecnologias educacionais<sup>6</sup>. A identificação das potencialidades envolve:

- a) que conhecimentos ele domina [quanto ao conteúdo; à tecnologia; ao uso e à aplicação de ferramentas etc.];
- b) qual o status de confiança, interesse e motivações pessoais;
- c) quanto à aprendizagem, por que estuda; quais os hábitos de estudo; que métodos costuma utilizar?;
- d) quais as habilidades da aprendizagem são de mais uso e domínio: memorização;

---

<sup>6</sup> Diferenciam-se das TIC's por serem ferramentas voltadas especificamente para finalidades educacionais. Enquanto as TIC's

resolução de problemas; interpretação; aplicação?; e) quais estratégias de fixação da aprendizagem o estudante adota na rotina de estudos: cópia, resumo, sínteses, revisão, mapas conceituais ou mentais etc (GARCIA et al, 2020, p. 10)

Como podemos observar, as potencialidades exigem que os alunos consigam, em grande parte do processo, realizar tarefas sozinhos, com estudos utilizando diversas ferramentas. Isto configura-se como o primeiro princípio estabelecido por Garcia et al. (2020): autonomia e proatividade, que envolve a curiosidade dos alunos, sua capacidade de investigação e de tomar iniciativa na busca das informações.

Ainda de acordo os autores supramencionados, o segundo princípio é o da atenção: que envolve além da motivação, o interesse e a reflexão do aluno e isso exige que o professor incentive e esclareça os objetivos. Já o terceiro princípio é o da problematização, que consiste na proposição de desafios para os alunos.

Para cumprir os princípios, diversos autores propõem estratégias que devem ser desenvolvidas pelos docentes, para que o Ensino Remoto possa, na medida do possível, atender às necessidades dos alunos. Por exemplo, Alves (2020) destaca que basicamente as atividades devem ser complementadas com materiais impressos ou enviados por meio digital para que os alunos possam realizar em casa e, no caso da Educação Básica, com a ajuda dos pais/responsáveis. As atividades realizadas *off line* são corrigidas em aulas síncronas com os alunos.

Em contextos nos quais os alunos, os professores e a própria escola não possuem recursos suficientes para *Webconferências* na realização de atividades síncronas, a correção de atividades pode ocorrer de forma assíncrona como: retorno via *e-mail* ou entrega devolutiva das atividades impressas em secretarias de escola com a correção dos docentes.

A realização de *webconferências*, segundo Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), é uma forma de disciplinar horários a serem cumpridos para realização das atividades. Trata-se de uma exigência racional que



também diferencia o Ensino Remoto da Educação à Distância (EAD) e atribui à modalidade remota uma organização disciplinar que se aproxima do ensino presencial.

Já Garcia et al. (2020) citam 04 estratégias a serem utilizadas no Ensino Remoto. A primeira é a forma de abordar o conteúdo, tendo como opções: aulas gravadas ou ao vivo em plataformas, envio de material digital e outros meios que envolvem as tecnologias digitais inovadoras. Além disso, os autores apontam que é importante indicar leitura de material; propor uma forma de tratamento das informações e; apresentar um roteiro sobre o assunto em questão.

A segunda estratégia é a forma de acompanhamento da aprendizagem, a qual o professor tem autonomia para realizar. Isto posto, o acompanhamento não difere do que seria feito no ensino presencial, apenas o docente utilizará agora, as ferramentas digitais disponíveis para acompanhar de forma remota. Quanto a esse aspecto, é preciso considerarmos as dificuldades consequentes das desigualdades sociais no Brasil já mencionadas nesse texto.

Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) ressaltam que o início do isolamento social concomitantemente com o início do Ensino Remoto evidenciou as desigualdades no acesso à essa modalidade, sendo a primeira diferença, entre escolas públicas e escolas privadas, na qual as últimas tinham maiores recursos para sua implementação, acentuando uma vantagem que já era grande na modalidade presencial.

Outra desigualdade que Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) identificam é a dificuldade de professores e alunos de escolas do campo em relação ao contexto urbano. Regiões mais longínquas do país tem menor acesso e qualidade de conexão com a *internet* e por isso, as condições são díspares nestes contextos.

As dificuldades que os docentes enfrentaram em diversos aspectos, também são destacadas por Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) entre estas estão: a falta de domínio para manusear as ferramentas tecnológicas (muitos não tiveram contato, nem na formação e nem no cotidiano anteriormente); o tempo de trabalho ampliado para planejamento, além de

tempo necessário para tarefas como postagem das atividades nos meios eletrônicos, o que leva os professores à exaustão.

Um outro ponto importante é um racionalismo excessivo do currículo que as práticas adotadas acabam impondo, por ter mais preocupação com volume de conteúdo repassado do que com a aprendizagem, o que contradiz a perspectiva de Educação crítica (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

A partir dos conceitos, princípios e estratégias para o Ensino Remoto, além das dificuldades de sua implementação, devemos refletir sobre como esta modalidade de ensino pode oferecer aos educandos, da Educação Infantil ao Ensino Superior, uma formação de qualidade e que possa ser dialógica e libertadora em uma perspectiva freireana.

Para realizarmos essa discussão precisaremos problematizar as dificuldades e as possibilidades desta perspectiva no Ensino Remoto. Essa é a intenção da próxima seção, quando a partir da literatura analisada buscaremos respostas aos nossos questionamentos.

### Pensamento dialógico freireano sobre Ensino Remoto

Trazer para o cenário atual de pandemia o pensamento de Paulo Freire, para dialogar sobre as vicissitudes destes tempos é, no mínimo, uma possibilidade de resgatar a esperança, tão escassa nestes momentos em que a humanidade padece pela incerteza da continuidade da vida no planeta. É também uma possibilidade de que por meio da disseminação de sua ‘Pedagogia do Oprimido’, os homens e as mulheres de nosso tempo tomem consciência de sua desumanização e lutem pela restauração de sua humanidade roubada (FREIRE, 2005). A pandemia do Novo Corona Vírus não somente vem dizimando milhares de vidas de forma precoce como também evidencia a desigualdade social e escancara um cenário de desumanização e injustiça gerada pela violência dos opressores desta sociedade que, segundo Antunes e Filgueiras (2020), tem suas raízes fincadas em uma concepção neoliberal voltada para o acúmulo do capital por aqueles que detém o poder.

No que diz respeito ao campo educacional o cenário não é animador, professores e estudantes vêm sofrendo as pressões por parte do Estado para o retorno às aulas presenciais sem as devidas condições sanitárias, colocando em risco a vida de toda a comunidade escolar. A última investida para o desmonte total da educação em tempo de pandemia, conforme Ximenes (2021), em reportagem à Carta Capital, é o PL 5595/2020,<sup>7</sup> que visa tornar essencial a educação básica e superior.

Entendemos a essencialidade da educação, mas não podemos sobrepô-la à essencialidade da vida humana. Por isso dizemos não ao PL 5595/2020. Se não há vacina para imunizar a população, não será a educação que deverá ser responsável por mais mortes com o retorno às aulas presenciais.<sup>8</sup> Ainda que o Ensino Remoto não seja o ideal, ele ainda se constitui uma alternativa viável na ausência de vacina para todos, embora precise ser problematizado.

No contexto pandêmico, como vimos, o Ensino Remoto surgiu como uma alternativa emergencial para manter o vínculo com os estudantes e justificar o salário dos professores e demais profissionais da educação que também tiveram que adaptar os serviços oferecidos aos moldes do Ensino Remoto. Contudo, entendemos não ser possível, pensar essa modalidade de oferta sem fazer uma reflexão crítica de seus limites e possibilidades à luz do pensamento freireano.

Começemos com os limites! Ao problematizarmos o contexto educacional e a implementação do Ensino Remoto como alternativa emergencial, verificamos algumas situações limites que contribuem para a desumanização de professores e estudantes. No tocante ao trabalho dos professores, podemos dizer que houve uma intensificação sem precedentes, a qual pode ser verificada pelo descontrole do tempo dedicado ao ensino.

---

<sup>7</sup> Projeto de Lei apresentado pela deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF). Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148171> Acesso de 27 de fevereiro de 2021.

<sup>8</sup> Houve publicações em periódicos de circulação nacional a respeito de aumento em número de mortes na Pandemia em diversos estados do Brasil. A própria FIOCRUZ publicou documento a esse respeito. Ver em <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/642e0df1e3a1ae36979cac098a1294ffe3b4716d.PDF> Acesso em 27 de fevereiro de 2021

Carneiro (2020), compara o trabalho do professor ao “plantão pedagógico”<sup>9</sup>, por não ter mais, esse profissional, garantido a diferenciação do tempo dedicado ao labor e o tempo para outras atividades.

No contexto do Ensino Remoto, o professor perdeu totalmente o controle da temporalidade laboral dedicado ao ensino-aprendizagem. O espaço físico do ambiente educacional foi substituído pelo ambiente doméstico e com isso os professores perderam a privacidade, não havendo mais distinção entre os espaços dedicados à vida familiar, social e laboral. Sem contar os custos para o professor com as aulas remotas, entre os quais podem ser citados: custos de energia elétrica de sua residência; gastos com a *internet*; adequação de espaço físico; arcar com recursos tecnológicos; equipamentos mobiliários; veículo próprio do professor ou utilização de coletivos com custos de passagens para se deslocar até aos alunos que não conseguem chegar à escola, só para citar alguns exemplos.

No campo metodológico, o Ensino Remoto passou a exigir do profissional uma aproximação maior com as novas tecnologias, utilização de plataformas, programas de edição e captura de vídeos, entre outros. Com isso, aqueles professores com maiores dificuldades em lidar com as novas tecnologias tiveram que passar por inúmeras formações em tempo reduzido, a fim de adquirir um mínimo de conhecimentos tecnológicos para dar conta das novas exigências do Ensino Remoto e ainda assim não se sentem seguros para ministrar suas aulas de forma remota utilizando as novas tecnologias como recurso.

Outra limitação do Ensino Remoto pode ser percebida por sua incapacidade de atingir a todos os estudantes, especialmente no contexto da Amazônia Paraense, a qual possui uma característica geográfica bastante diversa, com territórios de difícil acesso impedindo que muitos estudantes acessem os sinais de *internet*, ou acessem com baixa qualidade. Um contexto marcado também pelas desigualdades sociais expressas pelas condições precárias de trabalho, saúde, educação, saneamento básico, pobreza e extrema

---

<sup>9</sup> A comparação feita pelo autor assemelhando o trabalho do professor ao plantão pedagógico, é por ser esta uma atividade que as instituições geralmente realizam nos três turnos, a fim de que os pais, a comunidade e os próprios estudantes tirem suas dúvidas.

pobreza que oprimem os sujeitos. E é ainda nesse contexto que se coloca a imposição do uso de equipamentos tecnológicos, como computadores, telefones celulares, *notebooks*, *tablets*, entre outros capazes de facilitar o acesso às aulas, mas que como dissemos, nem sempre ocorre.

Como o pensamento de Paulo Freire pode nos ajudar a visualizar possibilidades nestes tempos cruéis de pandemia em que a convivência com a morte se tornou tão presente? Em que a educação para as camadas economicamente vulneráveis ficou mais distante? Como dialogar com os oprimidos em um tempo em que suas vidas representam um nada para o atual governo negacionista do país?<sup>10</sup> Que possibilidades o ensino remoto nos oferece? Que mecanismos podemos usar para nos libertar deste sistema opressor?

Freire, em suas obras, e de modo especial na *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2005), traz à tona a realidade de opressão em que os seres humanos estavam imersos, no contexto brasileiro de sua época. Para ele,

“a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica” (FREIRE, 2005, p. 32).

O autor destaca que a desumanização a que a classe oprimida tem se submetido é distorção de sua vocação de ser mais provocada por processos históricos de exploração pela classe opressora e não por destino dado ou vontade divina. Análogo ao contexto de exploração dos oprimidos do seu tempo, Freire nos conclama nestes tempos atuais ao diálogo permanente com

---

<sup>10</sup> O governo de Jair Bolsonaro, empossado em 2018, é o responsável pelo gerenciamento da crise sanitária no Brasil. Há diversas críticas à forma como (não) conduz o gerenciamento de sua responsabilidade, sobretudo na negação à doença, negação à vacina, defesa de tratamento com medicamentos sem eficácia científica comprovada, entre outras atitudes que atraem para o governo o rótulo de negacionista e gerenciador de necropolítica. Ver a elaboração de Caponi (2020) a respeito da relação ente o negacionismo e a razão neoliberal no contexto da pandemia.

os oprimidos, precisamos problematizar a realidade pandêmica, precisamos descortinar as condições estruturais e conjunturais que provocaram essa crise econômica, sanitária, política e ética. A sociedade precisa avançar daquilo que o autor chamou de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, isto é, de uma percepção parcial da realidade para uma percepção de necessidade de transformação da realidade. Nisso Freire tem muito a nos inspirar.

Araújo et al (2021), ressaltam a necessidade de trazermos Freire para nossa realidade. Segundo os autores, os ensinamentos desse educador podem nos ajudar, pois

Paulo Freire nos provoca a pensar: diante do caos em que nos encontramos hoje, como temos percebido as situações-limites? Elas têm nos esmagado como se fossem determinantes históricos? Como agiremos diante das determinações oficiais que mandam abrir as escolas, mesmo dentro de um quadro de descontrole da pandemia? Acatamos as determinações oficiais e colocamos professores/as, estudantes/as, funcionários/as em risco ou nos mantemos em uma posição firme de isolamento? Adaptar ou transcender? Transcender, nos lembra Freire, pode nos permitir divisar o “inédito-viável”. (p.15-16).

No contexto de desumanização, o educador necessário é humanista e revolucionário. Para Freire (2005), educadores como esse perfil precisam ser homens e mulheres em busca (de justiça, de igualdade), ou seja, são pessoas que em sua relação com os educandos implementam “sua ação identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber” (FREIRE, 2005, p. 71).

Junto como oprimidos, educador e educandos em processo autêntico de libertação vão tomando consciência que existem dois projetos de sociedade, um que defende a manutenção da estrutura social de opressão;

outro que visa a transformação dessas estruturas em vista da emancipação e da libertação dos sujeitos. Para Freire (2011, p. 63), “o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente à permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança desses caminhos”. No dizer do autor, o educador social precisa fazer sua opção, ou adere ao projeto de manutenção das estruturas sociais; ou adere ao projeto em prol da libertação dos oprimidos.

A desumanização no contexto atual, sobretudo com o advento da pandemia, como resultado de uma sociedade injusta e desigual é processo histórico, daí que não é imutável. Bem como, os seres humanos como sujeitos inacabados, incompletos, inconclusos não estão fadados à desumanização. Tanto o contexto quanto o ser humano são construções históricas, portanto se há possibilidade de desumanização pela classe opressora há, por outro lado, possibilidade de libertação e emancipação por parte da classe oprimida. Por isso que, para Freire (2005), a transformação da realidade não acontece, se não pela própria ação dos oprimidos, pois é nela que se encontra:

a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder, a força da libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 2005, p. 33)

Ainda segundo o autor, na mesma obra supra, um elemento fundamental na luta pela libertação da situação de opressão dos sujeitos, é o diálogo permanente entre educador-educandos sem sobreposição do primeiro aos segundos. O diálogo é capaz de resgatar a humanidade perdida pela ação antidialógica. O diálogo horizontaliza as relações, possibilita o pensar autêntico, liberta as mentes, transforma a consciência ingênua em consciência

epistemológica, conduz os sujeitos à autêntica formação cultural. Por isso, o autor ressalta que:

não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente (FREIRE, 2005, p.63)

Em argumento contínuo, o autor ressalta também, a imprescindibilidade da crença nos oprimidos, os quais precisam ser vistos como pessoas capazes de refletir sobre a realidade, problematizá-la para transformá-la. É nesse sentido que o diálogo deve ser horizontal, com os oprimidos e não para eles. O diálogo constitui o fundamento da *práxis* transformadora e libertadora, pois é por meio dele que os homens e as mulheres vão tomando consciência de sua desumanização e vão se engajando na luta por sua libertação.

Só o diálogo autêntico com os oprimidos, em condições de igualdade, pode conduzir os homens à uma *práxis*, a qual Freire conceitua como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2005, p. 42).

Para Freire (2011) são as nossas opções que irão determinar nosso papel como educadores sociais engajados na luta com os oprimidos, como são também elas que irão nos dar norte técnico-metodológicos de como devemos agir no contexto atual. Precisamos lançar mão dos instrumentos que estão ao nosso alcance. As aulas ministradas de forma remota, as *lives*<sup>11</sup> com temas problematizadores da realidade, os círculos de cultura,<sup>12</sup> as rodas de

---

<sup>11</sup> Trata-se de uma transmissão ao vivo pela internet. Pode ser realizada para comunicar qualquer conteúdo: educacional, artístico, religioso, político, etc.

<sup>12</sup> Em Freire (1991) foram descritos os círculos de cultura como uma proposta pedagógica, a qual em uma perspectiva democrática e libertadora, faz a proposta aos educandos de aprendizagem que possa ser integral e não fragmentada. Tal proposta exige posicionamento ante os problemas da realidade dos sujeitos. É dessa forma que se estabelece relação de horizontalidade entre educador e educando, membros das mesmas culturas, as quais precisam ser valorizadas. Há na proposta características de educação humanista que rompe com a tradição de educação elitista.



conversa<sup>13</sup> podem se constituir em possibilidades de luta e de resistência. Precisamos reinventar nossas lutas, precisamos esperar os desesperançados. Precisamos transgredir os discursos que teimam em desarticular nossas lutas. Segundo Freire (2016, p. 129),

Os discursos neoliberais, cheios de “modernidade”, não têm a força suficiente para acabar com as classes sociais e decretar a inexistência de interesses antagônicos entre elas, como não têm forças para acabar com os conflitos e as lutas entre elas. O que acontece é que a luta é uma categoria histórica. Tem, por isso, historicidade. Muda de espaço-tempo a espaço-tempo. A luta não nega a possibilidade de acordos, de acertos entre as partes antagônicas. Os acordos fazem parte igualmente da luta.

Nestes tempos de pandemia, em que forçadamente tivemos que nos afastar presencialmente de nossas instituições e dos movimentos sociais de luta e de resistências tivemos que encontrar formas de reinventar nossas lutas e dialogar com os nossos pares e com os estudantes, a fim de que não ficassemos inertes diante do comportamento negacionista do governo federal durante o tempo de pandemia.

Será que as propostas de Freire, tais como os círculos de leitura e as rodas de conversas, por exemplo, cabem ser usadas na situação emergencial de Ensino Remoto? Estudos de Araújo et al. (2021), demonstram a relevância que as formações no modelo de *lives* e videoconferências trazem nesse contexto diferenciado de pandemia que estamos vivenciando, os quais antes não eram alcançados,

“em sua grande maioria nos espaços presenciais das universidades, e que agora ganham maior amplitude e visibilidade social, na medida em que aqueles que desejarem podem assistir,

---

<sup>13</sup> Estratégia de ensino apresentada na mesma obra da nota anterior e depois comentada nas obras posteriores mencionadas no presente texto.

compartilhar, refletir sobre as temáticas apresentadas”.  
(ARAUJO, et al.,2021, p. 18).

Nossa papel político-pedagógico, enquanto educadores, movimentos sociais, ruralistas, feministas, quilombolas, afrodescendentes, sindicalistas, entre outros, engajados e que acreditam que é possível mudar o contexto atual é visualizar possibilidades até onde essas alternativas se mostram escassas. Gadotti, Freire e Guimarães (2015, p. 102), indicam que “aprender manhosamente, a manha é uma tática fundamental de sobrevivência e de luta dos dominados”. Então, as dicas de Freire, são sim possibilidades existentes em um tempo em que nossas instituições educacionais públicas vivem, além da pandemia, sobre os impactos das reformas empresariais, em uma tentativa de aprisioná-la e adequá-la aos moldes neoliberais.

Ao nos referirmos às reformas, destacamos principalmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as avaliações externas em larga escala, como exemplos de como as políticas reformistas vêm ocorrendo,<sup>14</sup> não somente no Brasil, mas no cenário mundial e suas implicações tanto na formação e na autonomia dos professores quanto na qualidade da educação oferecida.

Precisamos desvelar a face oculta das políticas de cunho neoliberais que chegam disfarçadas de boas intenções em nossas instituições educacionais. Em diálogo com Freitas (2018), podemos questionar: Que objetivos essas políticas trazem implícitas? Estão realmente preocupadas com uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora ou estão embutidas nelas interesses que visam o gerencialismo de resultados associado à meritocracia, a fim de incentivar cada vez mais o individualismo e responsabilizar os estudantes e professores pelo sucesso/insucesso dos resultados?

Nestes tempos de pandemia em que temos presenciado um descaso total do Estado pela vida humana, precisamos problematizar se realmente o Estado tem se posicionado como defensor ou como ameaçador de vidas. Que

---

<sup>14</sup> Freitas (2018) está entre os estudiosos que nos mostram as políticas reformistas da educação brasileira, sob influência de organismos internacionais, e de cunho neoliberal. Essas políticas se intensificaram a partir de meados da segunda década do século XXI.

importância têm para o Estado, enquanto órgão protetor da vida humana, as vidas dos sujeitos marginalizados desta sociedade, entre os quais estão os coletivos sociais de gênero, de etnias, de raça, de condição social, de culturas religiosas, entre outros? Sobre isso, Arroyo (2019, p. 13) ressalta que

estamos em tempos não só de corpos precarizados, mas ameaçados, criminalizados, exterminados. Tempos de processos de desumanização levados ao extremo. Como não olhar, escutar esses corpos? Como não reconhecer essas interrogações que vêm desses corpos-vidas ameaçados para nossa ética profissional?

O autor citado nos provoca para uma tomada de decisão quando vidas são ameaçadas, exterminadas, criminalizadas, humanidades roubadas por um sistema opressor que subalterniza as classes desprovidas economicamente. Somos convocados a pensar outros paradigmas epistemológicos e pedagógicos. Somos obrigados a reinventar nossas lutas, especialmente quando “a consciência política dos oprimidos e suas lutas por emancipação social, política aumentam e são reprimidas com violência do Estado, somos obrigados a reinventar outras pedagogias emancipadoras, outras respostas políticas, éticas, pedagógicas” (ARROYO,2019, p.13).

O contexto pandêmico no Brasil é de crueldade às vidas não somente ameaçadas, mas dizimadas precocemente por diversos motivos, entre os quase podemos destacar: ausência de uma política de Estado capaz de garantir vacina para toda a população; falta de sensibilidade com as famílias que perderam seus entes queridos; política de um auxílio emergencial vergonhoso,<sup>15</sup> que expõe as pessoas a contaminação do vírus em filas quilométricas nas portas das agências bancárias para receber um ‘auxílio’ que mais parece esmola. É nesse contexto que Araújo et al (2021, p. 2-3) nos

---

<sup>15</sup> O auxílio emergencial foi implementado em março de 2020, com o propósito de amparar os brasileiros durante as crises ocasionadas pela pandemia. Naquele contexto, o valor do referido auxílio era de R\$ 600,00 (seiscentos reais), o qual foi pago até dezembro de 2020. Em 2021, a pandemia se intensificou novamente e o auxílio caiu para R\$ 250, 00. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm). Acesso em: 12/04/2021.

convidam a pensar “sobre o tipo de sociedade que desejamos em nosso tempo presente e para o futuro da humanidade, uma vez que a pandemia conseguiu, em pouco tempo, dar grande visibilidade às desigualdades sociais latentes na sociedade capitalista [...]”.

O tipo de sociedade que desejamos passa pelo tipo de educação e de ser humano que queremos formar. Não é suficiente apenas dar aulas de matemática, língua portuguesa, história, geografia, etc. Precisamos politizar nossas ações educacionais. Nesse contexto em que as políticas neoliberais buscam a todo momento nos amordaçar, politizar nossas ações se torna uma decisão difícil, exigente, penosa. São desafios caros, porém necessários, se optarmos pelo projeto de libertação, e não de opressão.

Quando pensamos a relevância de politizarmos nossas ações educacionais, precisamos compreender a educação como direito, para além do contexto da sala de aula, precisamos alargar nosso olhar para os espaços sociais onde as vidas se encontram ameaçadas. Arroyo (2019, p. 15) diz ser inconcebível a educação desatrelada de outras lutas e de outros direitos, para ele “a educação como direito atrelada às lutas por todos os direitos humanos: direito à terra, teto, trabalho, renda, vida”.

Corroborando com o autor supra, entendemos que nossa prática educativa não pode se dar somente, ao que ditam a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, não pode se resumir, também ao atendimento do que é solicitado nas avaliações em larga escala para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), não pode se docilizar diante das políticas reformistas como um todo. Nosso fazer pedagógico precisa ser voltado para a transformação radical da sociedade.

Até aqui, conforme nossa opção, os argumentos foram sustentados em Freire, no entanto, há contribuições análogas aos argumentos freireanos em Adorno (2005). Segundo esse autor filósofo que também pensou a educação, a formação capaz de conduzir “à autonomia dos homens precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e na relação com a natureza” (ADORNO, 2005, p. 18). Daí a necessidade de uma leitura consciente das

condições concretas do contexto político, econômico e cultural em que os homens e as mulheres de nossa época se encontram. É necessário fazer uma leitura crítica da própria estrutura das instituições educacionais, a fim de que os sujeitos se reconheçam como parte desse coletivo e se empenhem na luta por sua emancipação.

A educação para se tornar um fator de emancipação necessita de um processo de crítica e auto-reflexão permanentes. Corroborando nas reflexões freireanas, Adorno diz que a educação desempenha papel primordial de esclarecer as reais condições que impedem aos sujeitos de se emanciparem. A leitura de Maar (1995, p. 01) diz que para Adorno a “a educação não é necessariamente um fator de emancipação[...] Na verdade, significa exatamente o contrário: a necessidade da crítica permanente”, especialmente quando esta é reconduzida para atender aos interesses do sistema capitalista. A constatação de que não é ‘necessariamente’ emancipação, é justamente porque muitas vezes a educação é desenvolvida em perspectiva de dominação e cabe a nós, oprimidos, fazer com a educação seja ‘necessariamente’, no dizer de Freire, libertadora.

Nosso esforço até aqui foi de trazer o pensamento de Paulo Freire para iluminar nossas reflexões e nos mostrar que a educação como ato político precisa ser problematizada junto com os oprimidos. Somente quando estes tomam consciência de sua desumanização, perceberão a necessidade de lutar por sua libertação. Por isso, enquanto educadores, nossa tarefa é promover o diálogo permanente com os educandos, a fim de que estes possam refletir sobre a situação de opressão e lutar pela sua libertação como resultado de sua conscientização.

Muito embora o contexto de pandemia que estamos vivenciando seja desencorajador, e a imposição do Ensino Remoto seja uma realidade para nos proteger nos riscos do encontro presencial, Freire (1996) nos anima a esperar. Para este autor “a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado” (p. 72).

As palavras encorajadoras acima citadas ratificam o inacabamento de nosso ser que nos fazem seres de possibilidades. Possibilidades tanto para a permanência das estruturas sociais, quanto para a transformação possível em prol dos oprimidos. Dessa forma, nossas experiências com o Ensino Remoto podem e devem ser de subversão aos modelos predominantemente impostos de cima para baixo, com a finalidade de manter as desigualdades historicamente dadas e historicamente desejada pelos dominadores.

### Considerações finais

Em vista dos argumentados apresentados neste ensaio, identificamos à luz do pensamento freireano, limites e possibilidades para uma prática pedagógica crítico-libertadora no contexto do Ensino Remoto. Respondendo à pergunta que foi posta inicialmente. Ressaltamos que esta discussão não se esgota nestas linhas e que são necessárias, sempre, novas contribuições em direção a proposições para superação das dificuldades impostas pela atual realidade.

Constatamos limites para uma prática crítico libertadora nas seguintes categorias: no trabalho dos professores e nas desigualdades sociais. Referente ao trabalho dos professores, há intensificação sem precedentes ao trabalho docente por: perda do controle da temporalidade laboral e a fusão da vida familiar, social e laboral com o próprio espaço educacional confundindo-se com o espaço doméstico dos docentes; custos com energia, equipamentos e internet e; no campo metodológico com a apropriação das novas tecnologias.

Com relação às desigualdades sociais, a falta de recursos impõe dificuldades dos estudantes em acessar as tecnologias digitais e *internet* com a mesma e, boa, qualidade em todas as partes do Brasil. O que leva a uma exclusão de muitos estudantes do que há de mais avançado nesse campo, para acessar as aulas e o material didático necessário.

Como possibilidades, o pensamento freireano aponta alternativas ao diálogo crítico com os oprimidos e subversivas aos modelos dominantes. Por meio de ação revolucionária e humanista dos docentes que devem orientar os

alunos em direção também à humanização com o objetivo da formação da consciência crítica e, no atual contexto, a possibilidade de isto ser feito é com os instrumentos disponíveis: aulas remotas, *lives* com temas problematizadores da realidade, os círculos de cultura e as rodas de conversa.

Portanto, as possibilidades de subversão da ordem de opressão que vivenciamos precisa ser combatida com as armas de luta e resistência, as quais são somadas as tecnologias digitais, em busca de alcançar o maior número de pessoas possíveis na incansável busca pela libertação.

### Referências

ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. <http://www.verlaine.pro.br/txt/pp5/adorno-educacao.pdf>.

ALMEIDA, Luis Rogério Gomes de. *Ensino colaborativo de eletrônica em ambiente síncrono e assíncrono usando software livre*. (Dissertação). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas/SP: 2010.

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces científicas*, Aracajú, v.8, n.3, p. 349- 365, 2020.

ARAÚJO, Mairce da Silva; OLIVEIRA, Daniel Pereira de; TRINDADE, Regina Aparecida Corrêa; NICOLAU, Geisi dos Santos. A atualidade de Paulo Freire em tempos de pandemia: tecendo diálogos sobre os desafios da educação e do fazer docente. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, e2116610, p. 1-20, 2021.

ARROYO, Miguel. *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRASIL. Decreto nº 9. 057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 100, p. 3-4, 26 maio. 2017.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)> . Acesso em: 16 de abril de 2021.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*. 34 (99), 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-209.pdf> Acesso em 27 de fevereiro de 2021.

CARNEIRO, W. *Pandemia e pós-pandemia: desafios à educação*. Publicado pelo Canal Waldeck Carneiro, 2020. Facebook Watch. Disponível em: <https://www.facebook.com/341216022616408/videos/1070074190052901/>. Acesso em: 2 de junho de 2020.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 49 ed Rio de janeiro, Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. 34. ed ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.



\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. *Pedagogia, diálogo e conflito*. -9. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

GARCIA, Tania Cristina Meira; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ZAROS, Lilian Giotto; RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes. *Ensino Remoto Emergencial: proposta de design para organização de aulas*. Natal-RN: SEDIS/UFRN, 2020. 18p.

LANA, Raquel Martins. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *CSP: Cad. Saúde Pública* 2020; 36(3). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n3/1678-4464-csp-36-03-e00019620.pdf> Acesso em 12 de abril de 2021.

LOPES, Nathan. *Sem doses para todos, vacinação contra a covid-19 deve entrar em 2022*. UOL. 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/20/vacinacao-grupos-brasil-coronavirus.htm>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

MAAR, Wolfgang Leo. Prefácio. In: ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. <http://www.verlaine.pro.br/txt/pp5/adorno-educacao.pdf>.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva; SILVA, Obdália Santana Ferraz; SILVA, Marcos José de Oliveira. Educar na incerteza e na urgência: implicações do

ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. *Interfaces científicas*, Aracaju, v. 10, n. 1, p.25-40, 2020.

OLIVEIRA, Raquel Mignoni de; CORRÊA, Ygor; MORÉS, Andréia. Ensino remoto emergencial em tempos de Covid-19: formação docente e tecnologias digitais. *Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)*, Itapetininga-SP, v.5, p.1-18, 2020.

OPAS/OMS. *Folha informativa sobre Covid-19*. Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

OPAS/OMS. *Considerações para medidas de saúde pública relacionadas a escolas no contexto da COVID-19: Anexo às Considerações para o ajuste de medidas sociais e de saúde pública*. Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. 14 de setembro de 2020. Disponível em: <[https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52682/OPASWBRACOVID-1920112\\_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52682/OPASWBRACOVID-1920112_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa-PR, v. 15, p. 1-24, 2020.

SOARES AMORA, Antônio. *Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa*. 19ª ed. 6ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

TOMAZINO, Paulo. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. *SINEPE/RS- Sindicato do Ensino Privado*. 17 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.sinepe-rs.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

XIMENES, Salomão. *Priorizar as escolas não significa reabri-las agora, no pico da pandemia*. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/priorizar-escolas-nao-significa-reabr-las-agora-no-pico-da-pandemia/>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

*Submetido em: 30/04/2021*

*Aceito em: 10/09/2021*

*Publicado em: 11/10/2021*